



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



PROCESSO Nº 1340/2001

VOLUMES I e II

ÓRGÃO : Polícia Civil do Distrito Federal - DF

ASSUNTO: Auditoria de Regularidade

MONTANTE EM EXAME:R\$ 291,048,16

PREJUÍZO EVITADO:R\$ 166.565,63

PREJUÍZO IDENTIFICADO:R\$ 329,24

VALORES RECUPERADOS:R\$ 329,24*

EMENTA: Auditoria de Regularidade realizada junto à Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, voltada para os processos de inativos e pensionistas, relativa ao 4º trimestre de 2001. Determinação de providências, por meio da Decisão nº 409/2002 (fls. 193/194).

Cumprimento das determinações. **Nova Diligência.**

Senhor Diretor-Substituto,

Em cumprimento ao Plano Geral de Ação das Inspetorias de Controle Externo para 2001 (Processo nº 2296/2000), os servidores subscritores do relatório de fls. 165/181, então designados, com fulcro no parágrafo único do art.122 do Regimento Interno do TCDF, realizaram Auditoria de Regularidade na Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, objetivando verificar se foram efetuadas as correções determinadas pelo egrégio Plenário nos processos de aposentadoria, pensão e nos das respectivas revisões, cujos atos foram considerados legais com providências para cumprimento posterior aos seus registros e a regularidade nos pagamentos dessas concessões, inclusive quanto às melhorias posteriores que não alteraram os fundamentos legais dos atos iniciais e, ainda, se foram observadas as determinações e recomendações do egrégio Plenário referentes às auditorias anteriores. Buscou, também, obter justificativas da jurisdicionada acerca dos processos em diligência, com prazos vencidos.

2. Os resultados dos trabalhos culminaram na Decisão nº 409/2002 (fls. 193/194), proferida pelo Plenário desta Corte. Cópia dessa decisão foi encaminhada à jurisdicionada e à Procuradoria Geral do Distrito Federal para a adoção das providências cabíveis (Ofícios fls. 195/196)

3. Ao ensejo da realização de uma nova auditoria junto à PCDF (objeto do Processo TCDF nº 2579/2004), neste 3º trimestre/2004, em cumprimento ao Plano Geral das Inspetorias de Controle Externo para 2004, buscamos acesso aos processos, fichas funcionais e contracheques dos servidores e pensionistas mencionados no item "II" da referida Decisão, relativo às determinações feitas à jurisdicionada.

* Calculado em 29.09.2004 de acordo com a Portaria TCDF nº 236/2002.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA

Fls.: 276

Proc.: 1340/2001

Rubrica

4. O resultado das verificações efetivadas, relativas às medidas adotadas pela jurisdicionada (item II) e pela Procuradoria Geral do Distrito Federal (item IV), encontra-se discriminado no quadro a seguir. Os documentos comprobatórios das observações, impropriedades ou falhas apontadas constam do presente processo e os que evidenciam as situações regularizadas foram juntados na pasta corrente, referente à auditoria realizada na PCDF em 2004 (Processo nº 2579/2004), arquivada nesta Divisão Técnica.

Determinações constantes da Decisão nº 409/2002 (fls. 193/194)	Providências adotadas
<p>Em relação ao item II, adota-se neste texto a numeração indicada no voto do Relator, acolhido pelo Plenário.</p> <p>Item II.1.1) Processo TCDF nº 1683/1991, GDF nº 50.000.438/91 (Aposentadoria), ADELMO VIANNA PARANHOS:</p> <p>Ajustar o valor da parcela de décimos da Lei nº 1.004/96 à retribuição do cargo em comissão (55% do vencimento + representação mensal), conforme a Decisão 3.395/99, adotada no Proc. nº 3.871/96.</p>	<p>Item não atendido satisfatoriamente;</p> <p>- ao aposentar-se, em fevereiro de 1991 (fls. 214/215), o servidor fazia jus à incorporação de 1/5 do cargo de Coordenador da CIPO, 2/5 do de Coordenador da CPT e 2/5 do cargo de Corregedor da CGP, todos referentes ao código DF – 12, além da opção e representação mensal do cargo exercido quando da aposentação (Corregedor). Atualmente, está recebendo 10/10 da retribuição mensal do cargo CNE – 06 e opção e representação mensal, também, sobre esse cargo de natureza especial (fl. 213). Assim sendo, embora os quintos/décimos tenham sido calculados sobre a retribuição mensal, entende-se que esse item não foi atendido satisfatoriamente, pois os cargos incorporados pelo servidor, quando da aposentadoria, diferem dos que vêm sendo pagos. Consigne-se que, consultando as Leis nºs 2.835/2001 e 2.997/02, que reestruturam a PCDF, não foi possível comprovar a regularidade dessas transformações.</p>
<p>Item II.1.2) Processo TCDF nº 8053/1993, GDF nº 50.001.478/93 (Aposentadoria), JOSE FRANCISCO PEREIRA,</p> <p>Corrigir o ATS percebido pelo inativo para 32%.</p>	<p>Item atendido satisfatoriamente.</p> <p>- o contracheque do inativo, referente a agosto de 2004, comprova o pagamento do adicional por tempo de serviço sobre o percentual de 32%, conforme determinado.</p>
<p>Item II.1.3) Processo TCDF nº -</p>	<p>Item atendido satisfatoriamente.</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA

Fls.: 276

Proc.: 1340/2001

Rubrica

Determinações constantes da Decisão nº 409/2002 (fls. 193/194)	Providências adotadas
<p>1696/1991, GDF nº 50.000.781/91 (Aposentadoria), JUVENAL ANTÔNIO DA CRUZ, Ajustar o valor da parcela de décimos da Lei nº 1.004/96 à retribuição do cargo em comissão (55% do vencimento + representação mensal), conforme a Decisão 3.395/99, adotada no Proc. nº 3.871/96.</p>	<p>as parcelas de décimos percebidas atualmente pelo inativo (8/10 do DF – 14 e 2/10 do DF – 10 – fl. 216), não correspondem, no que diz respeito aos códigos, ao que o servidor estava recebendo ao aposentar-se (fls. 217/218), ou seja, 4/5 do DAS 102.2 (delegado Chefe) e 1/5 do DAS 101.1 (Chefe do PP da Rodoviária). Todavia, essa alteração decorre de transformações previstas em lei. Vejamos, a partir de 1º de maio de 1991, por força do disposto na Lei nº 159/91, os cargos de DAS 102.2 e DAS 101.1 foram transformados em DF – 11 e DFA – 10, respectivamente. O cargo de delegado chefe (DF – 11 pela Lei nº 159/91) sofreu nova alteração em face do disposto na Lei nº 2.835/2001 (fls. 219/232), passando para DF – 14. Conclui-se, portanto, que as parcelas de décimos pagas ao inativo encontram-se em conformidade com a legislação vigente.</p>
<p>Item II.1.4) Processo TCDF nº 4207/1983, GDF nº 4.295/81 (Pensão), MANOELINA MARIA DE JESUS, Obter declaração da pensionista de que continua atendendo aos pressupostos da Lei nº 3.373/58 (art. 5º, parágrafo único).</p>	<p>Item atendido satisfatoriamente;</p> <p>- aos autos de pensão foi juntada declaração firmada pela pensionista, assegurando a continuação dos pressupostos fixados no art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373/58.</p>
<p>Item II.1.5) Processo TCDF nº 8257/1996, GDF nº 50.001.483/92 (Pensão), MARIA APARECIDA VILLA REAL, Obter declaração da pensionista de que continua atendendo aos pressupostos da Lei nº 3.373/58 (art. 5º, parágrafo único).</p>	<p>Item atendido satisfatoriamente;</p> <p>- aos autos de pensão foi juntada declaração firmada pela pensionista, assegurando a continuação dos pressupostos fixados no art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373/58.</p>
<p>Item II.1.6) Processo TCDF nº 8055/1993, GDF nº 50.001.089/93 (Pensão), MARIA DA LUZ MELO DE MENESES, Obter declaração da pensionista de que continua atendendo aos</p>	<p>Item atendido satisfatoriamente;</p> <p>- aos autos de pensão foi juntada declaração firmada pela pensionista, assegurando a continuação dos pressupostos fixados no art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373/58.</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA

Fls.: 276

Proc.: 1340/2001

Rubrica

Determinações constantes da Decisão nº 409/2002 (fls. 193/194)	Providências adotadas
pressupostos da Lei n.º 3.373/58 (art. 5º, parágrafo único).	
Item II.1.7) Processo TCDF nº 6416/1996, GDF nº 50.002.161/92 (Pensão), MARIA DE FATIMA ESTRELA GOMES , Obter declaração da pensionista de que continua atendendo aos pressupostos da Lei n.º 3.373/58 (art. 5º, parágrafo único).	- Item atendido satisfatoriamente; essa pensão civil foi deferida à viúva do ex-servidor, Senhora Maria de Fátima Estrela Gomes e aos filhos Coroline Estrela Gomes, Gabriela Estrela Gomes e Israel Estrela Gomes (fl. 233). Nos autos de pensão foi juntada declaração firmada pela pensionista Coroline Estrela Gomes de que atende aos pressupostos fixados no art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373/58. Todavia, nota-se que a beneficiária Gabriela Estrela Gomes, em 05.07.2004 (fl. 234), portanto, recentemente, também atingiu 21 anos de idade. Compulsando o processo de pensão, verifica-se que não consta do mesmo declaração passada por essa beneficiária quanto ao disposto na Lei nº 3.378/58, tampouco apostilamento excluindo-a do rol dos pensionistas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA

Fls.: 276

Proc.: 1340/2001

Rubrica

Determinações constantes da Decisão nº 409/2002 (fls. 193/194)	Providências adotadas
<p>Item II.1.8) Processo TCDF nº 3414/1997, GDF nº 50.001.282/92 (Pensão), MARIA MADÁ TEÓDULO, Reiterar o cumprimento do item II-c da Decisão nº 2.142/2001, ou seja, providenciar junto à beneficiária a reposição ao erário da diferença de 2% do percentual de ATS paga a mais, conforme prevê o art. 46 da Lei nº 8.112/90, juntando aos autos de pensão o respectivo comprovante.</p>	<p>Item atendido satisfatoriamente;</p> <ul style="list-style-type: none"> - ao efetuar planilha de ressarcimento ao erário, relativa ao adicional por tempo de serviço (fls. 235/255), a jurisdicionada constatou que a pensionista havia valores a receber (R\$ 8.922,14), pois de janeiro de 1991 a agosto de 1996 esse adicional foi pago sobre o percentual de 20% e no interregno de setembro de 1996 a abril de 2001 sobre o percentual de 31%, quando fazia jus ao percentual de 29%; - da análise dessa planilha, constata-se que o valor lançado a título de ATS, em janeiro de 2000 (R\$ 217,36 – fl. 254), não corresponde ao constante na ficha financeira, referente a esse mês (R\$ 240,80 – fl. 246). Além disso, os valores referentes à rubrica 2506, denominada de "DIF.ADIC.P/TEMPO SE" não foram considerados na mencionada planilha. Por se tratar de valores financeiros inexpressivos recebidos pela interessada, por economia processual, sugere-se considerar regular o valor apurado.
<p>Item II.1.9) Processo TCDF nº 8253/1996, GDF nº 50.000.236/93 (pensão), ORMIDA ANA DE JESUS GOMES, Reiterar o cumprimento do item III da Decisão nº 1.561/2001, ou seja, apurar a quantia paga a mais à pensionista, em virtude da redução do percentual relativo à parcela do ATS de 14% para 11%, avaliando, à vista do princípio da economicidade, a conveniência de exigir-se o seu ressarcimento, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90, fazendo constar dos autos de pensão a providência adotada.</p>	<p>Item atendido satisfatoriamente;</p> <ul style="list-style-type: none"> - a jurisdicionada elaborou planilha de ressarcimento ao erário, apurando um saldo a ser reposto ao erário de R\$ 329,24. Esse valor foi restituído, em uma única parcela, no mês de maio de 2002.
<p>Item II.1.10) Processo TCDF nº 7584/1996, GDF nº 50.001.985/92 (Pensão), SEVERINA TEIXEIRA LIMA E</p>	<p>Item atendido satisfatoriamente;</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA

Fls.: 276

Proc.: 1340/2001

Rubrica

Determinações constantes da Decisão nº 409/2002 (fls. 193/194)	Providências adotadas
<p>SILVA,</p> <p>Reiterar o cumprimento do item II-c da Decisão n.º 724/2001, ou seja, providenciar o ressarcimento ao erário das parcelas indevidamente percebidas pela pensionista, nos termos do art. 46 da Lei n.º 8.112/90, fazendo constar dos autos de pensão a providência adotada</p>	<ul style="list-style-type: none"> - ao efetuar planilha de ressarcimento ao erário, relativa ao adicional por tempo de serviço, a jurisdicionada constatou que a interessada havia valores a receber (R\$ 97,74), pois de janeiro de 1991 a setembro de 1996 esse adicional foi pago sobre o percentual de 10% e nos interregnos de outubro de 1996 a fevereiro de 1999 e de março de 1999 a março de 2001 sobre os percentuais de 14% e 12%, respectivamente, quando fazia jus ao percentual de 11% (fls. 256/274). - da análise dessa planilha, constata-se que os valores referentes à rubrica 2506, denominada na ficha financeira de "DIF.ADIC.P/TEMPO SE" não foram considerados na mencionada planilha. Por se tratar de valores financeiros inexpressivos recebidos pela interessada, por economia processual, sugere-se considerar regular o valor apurado.
<p>Item IV) determinar à Procuradoria Geral do Distrito Federal que noticie as providências adotadas com relação às Decisões n.º 3764/97 (DODF de 22/04/1998) e 1932/98 (DODF de 20/06/1997), exaradas no Proc. N.º 5131/83, que trata da aposentadoria de ANTÔNIO FRANCISCO DE MORAES CAVALCANTI;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Item atendido satisfatoriamente; - a Procuradoria Geral do DF, por meio do Ofício nº 396/2002-GAB/PRG (fls. 198), informou que, em atenção à Decisão 409/2002 (item IV), ajuizou a ação rescisória de nº 1999.00.2.004214-4 contra a decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 5034/95, a desfavor de Antônio Francisco de Moraes



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



Determinações constantes da Decisão nº 409/2002 (fls. 193/194)	Providências adotadas
	Cavalcanti. Com transito em julgado da decisão que indeferiu a Ação Recisória, a decisão concessiva do Mandado de Segurança tornou-se definitiva e irrecorrível, contrariamente aos interesses do Distrito Federal, conforme demonstram os documentos de fls. 199/209.

5. Quanto aos demais itens da Decisão nº 409/2002, observa-se que os de números “I”, “III” e “V” não contêm determinações a serem adotadas e as referentes ao de nº “II.2” são inerentes ao saneamento dos autos de aposentadoria de José Dourado de Abreu, Processo TCDF nº 5289/1993 (GDF nº 50.000.987/93). Consigne-se que os autos foram saneados haja vista o recente pronunciamento do Tribunal pela legalidade, para fins de registro, da aposentadoria do servidor (Decisão nº 1956/2004 – fl. 211). Registre-se, outrossim, que o Processo PCDF nº 052.000.971/2000 foi desapensado destes autos e restituído ao órgão de origem (fl. 212), conforme autorização contida no **item “V.2”** da mencionada Decisão TCDF nº 409/2002.

6. Por último, vale mencionar a inclusão da parcela “DEP. JUIZO EC41 DEC. JUD. PSS APO” nos contracheques, referentes a agosto de 2004, dos inativos relacionados na Decisão nº 409/2002, representados pelos Sindicatos dos Delegados de Polícia do DF e dos Policiais Civis do DF. Essa parcela é inerente às liminares concedidas nos Mandados de Segurança de nºs 2004.01.1.040337-5 e 2004.01.1.023096-6, impetrados por esses entes sindicais, por meio das quais o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios determinou à Polícia Civil do Distrito Federal não proceder quaisquer descontos a título de contribuição previdenciária nos proventos e pensões dos representados que se encontrem na situação de inativos, com fundamento na Emenda Constitucional nº 41/03 (cópia às fls. 34 e 39 do processo de Auditoria de nº 2579/2004). Consultando o site do TJDF nota-se que ainda não houve apreciação do mérito dessas lides judiciais.

7. Pelo exposto, sugere-se ao egrégio Tribunal :

- I) tomar conhecimento das verificações levadas a efeito junto à PCDF, bem como da documentação juntada aos autos de fls. 197/275, dando por cumprida a Decisão nº 409/2002;
- II) determinar diligência junto à Polícia Civil do Distrito Federal, para que, no prazo de 60 dias, a jurisdicionada adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



- a) informar, encaminhando ao Tribunal documentação probatória, as transformações ocorridas nos cargos comissionados exercidos pelo servidor **ADELMO VIANNA PARANHOS** (Processo TCDF nº 1683/1991, GDF nº 50.000.438/91), uma vez que, ao aposentar-se, fazia jus às vantagens da Lei nº 6.732/79 (quintos, opção e representação mensal), calculadas sobre o valor do código DF – 12, correspondente aos cargos de Coordenador e Corregedor incorporados, e atualmente, está recebendo essas vantagens sobre o código CNE – 06;
- b) juntar aos autos de pensão de nº TCDF 6.416/1996, GDF nº 50.002.161/92, autuado neste Tribunal em nome da beneficiária vitalícia MARIA DE FÁTIMA ESTRELA GOMES, declaração firmada pela pensionista Gabriela Estrela Gomes, de que continua atendendo aos pressupostos fixados no art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373/58, haja vista que a mesma atingiu 21 anos de idade em 05.07.2004, ou excluí-la do rol dos pensionistas, caso não atenda aos pressupostos da lei, remetendo a esta Corte de Contas cópia da referida declaração ou informações a respeito das providências adotadas;

À consideração superior.

Brasília, 29 de setembro de 2004.

José Geraldo Caixeta
Analista de Finanças e Controle Externo
Matrícula 625-4

Sêlva Silveira de Queiroz
Analista de Finanças e Controle Externo
Matrícula 574-6